

Legislação	Medida Provisória nº 510, de 28 de outubro de 2010
	Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências.
	<b>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	Art. 1º Os consórcios cumprirão as respectivas obrigações tributárias sempre que realizarem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício.
	§ 1º As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações tributárias decorrentes dos negócios jurídicos de que trata o <b>caput</b> , não se aplicando, para efeitos tributários, o disposto no § 1º do art. 278 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
	§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente aos tributos federais.
<b>Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010 (convertida na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010)</b>	Art. 2º O art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 31. O disposto no art. 22 <b>produz</b> efeitos a partir do primeiro dia do <b>quarto</b> mês subsequente ao de publicação desta Medida Provisória.	“Art. 31. O disposto no art. 22 <b>produzirá</b> efeitos a partir do primeiro dia do <b>oitavo</b> mês subsequente ao de publicação desta Medida Provisória.” (NR)
<p style="text-align: center;"><b>Obs.: LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE à MP 510, de 2010:</b></p> <p style="text-align: center;"><i>Os arts. 22 e 31 da MP nº 497, de 2010, foram suprimidos do PLV nº 11, de 2010, que gerou a Lei nº 12.350, de 2010.</i></p>	

Legislação	Medida Provisória nº 510, de 28 de outubro de 2010
<b>Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000</b>	Art. 3º O art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:
Art. 2º Para fins de atendimento ao Programa de que trata o artigo anterior, fica instituída contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como aquela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia, firmados com residentes ou domiciliados no exterior. .....	
	“§ 6º Não se aplica a Contribuição de que trata o <b>caput</b> quando o contratante for órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e o contratado for instituição de ensino ou pesquisa situada no exterior, para o oferecimento de curso ou atividade de treinamento ou qualificação profissional a servidores civis ou militares do respectivo ente estatal, órgão ou entidade.” (NR)
	Art. 4º A Lei nº 10.168, de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:
	“Art. 2º-B. O imposto sobre a renda na fonte não incidirá sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior por órgãos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em razão de despesas contratuais com instituições de ensino e pesquisa relacionados a participação em cursos ou atividades de treinamento ou qualificação profissional de servidores civis ou militares do respectivo ente estatal, órgão ou entidade.” (NR)
	Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:
	I - em relação aos arts. 1º e 2º, a partir da data de sua publicação; e
	II - em relação aos arts. 3º e 4º, a partir de 1º de janeiro de 2011.